

A presidente do Venezuela acusado de tentativa de golpe de Estado

O presidente do Venezuela, Nicolás Maduro, tem sido acusado de tentar realizar um golpe de Estado após o tribunal superior controlado pelo governo endossar sua reivindicação disputada de vitória nas eleições presidenciais.

A oposição do Venezuela afirma que Nicolás Maduro tentou roubar as eleições de 28 de julho e apresentou evidências convincentes de que seu candidato, Edmundo González, foi o verdadeiro vencedor. Mesmo países como o Brasil e a Colômbia, cujos líderes de esquerda têm laços de longa data com o movimento político Chavismo do Maduro, se recusaram a reconhecer sua vitória.

Na sexta-feira, o tribunal superior do Venezuela certificou publicamente a suposta vitória de Maduro, o que lhe dará outros seis anos no cargo. Durante um anúncio televisionado, sua presidente, Carysilia Beatriz Rodríguez Rodríguez, declarou sua reeleição "indiscutível" e chamou a decisão do tribunal de "definitiva".

"Nada nos impedirá nossa missão sagrada [de fazer cumprir a lei]", disse Rodríguez, que é membro do partido socialista do governo (PSUV), sua declamação de 30 minutos.

A decisão, embora previsível, provocou uma enxurrada de raiva e críticas. Juanita Goebertus, diretora do Human Rights Watch nas Américas, chamou a decisão judicial de "tentativa crua de encobrir judicialmente o fraude eleitoral".

"O tribunal não é imparcial ou independente", disse Goebertus, pedindo à comunidade internacional que continue exigindo uma avaliação credível e imparcial dos dados de votação.

Andrés Izarra, um ex-ministro de Maduro que agora vive no exílio, denunciou o que chamou de "golpe". "Nenhum país vai aceitar essa decisão. E nem o povo venezuelano", disse.

Após o anúncio da decisão do tribunal, os ministros e aliados de Maduro se alinharam para serem entrevistados na televisão do Estado para declarar o fim da crise eleitoral.

O promotor-geral, Tarek William Saab, saudou o que chamou de "momento sublime e histórico". O ministro das Relações Exteriores, Yván Gil, afirmou que a decisão "encerra um capítulo no processo eleitoral de 28 de julho do Venezuela" e mostra que a constituição prevaleceu.

O ministro de comunicações de Maduro, Freddy Nájñez, chamou a decisão de um "final feliz" para o povo venezuelano. "Isso ficará na história como um episódio de ordem democrática mais alta", disse Nájñez. "Estou muito satisfeito e estou absolutamente certo de que é o ânimo nas ruas."

Mas o movimento parece quase certo de agravar ainda mais a crise, com alguns temendo que o impasse político possa levar a derramamento de sangue ou mesmo a conflito.

"De alguma forma, eu não acho que dizer 'nós ganhamos, apenas confie nós' vai resolver o problema de Maduro", twittou Geoff Ramsey, especialista Venezuela do Arsht Latin America Center.

A administração de Maduro tem reprimido duramente os opositores desde que sua reivindicação de vitória desencadeou duas dias de protestos envolvendo muitas das comunidades pobres que por anos foram leais ao seu movimento e ao seu fundador, Hugo Chávez. Mais de 20 pessoas foram mortas e mais de 1.500 presas.

Gonzalo Himiob, ativista de direitos humanos cujo grupo, Foro Penal, está documentando a prisão de opositores do governo, disse que a maioria das pessoas alvo é de áreas de classe

trabalhadora.

"O governo está enviando-lhes uma mensagem: 'Se você não votou nós, você agora é um inimigo – e podemos fazer o que quisermos com nossos inimigos'", disse Himiob.

Sumário: Filho do presidente Biden pede a dispensa de casos fiscais e de arma

O filho do presidente Joe Biden, Hunter, pediu a um juiz federal um pedido à parte na terça-feira para dispensar dois casos contra ele, um de impostos e outro de arma, com base uma decisão da Flórida que descartou uma acusação criminal separada contra o ex-presidente Donald Trump. As solicitações tribunais federais Delaware e Califórnia destacam as possíveis implicações do descarte da juíza distrital dos EUA Aileen Cannon do caso de documentos classificados contra o ex-presidente e a possibilidade de que ele possa desestabilizar o cenário jurídico torno dos promotores especiais do Departamento de Justiça.

Tanto Hunter Biden quanto Trump foram processados por promotores especiais nomeados pelo procurador-geral dos EUA, Merrick Garland. Na descartar o caso do Trump, Cannon decidiu que a nomeação do promotor especial que processou Trump, Jack Smith, violou a constituição porque ele foi nomeado diretamente para o cargo por Garland vez de ser nomeado pelo presidente e confirmado pelo Senado.

A equipe do promotor especial de Trump disse que o Departamento de Justiça seguiu precedentes de longa data – por exemplo, a nomeação do promotor especial Robert Mueller para investigar a interferência russa nas eleições foi mantida por tribunais – e apelou da descartada de Cannon para um tribunal de apelações federais Atlanta.

Em um par de pedidos à parte na quinta-feira, advogados de Hunter Biden disseram que o mesmo raciocínio deveria se aplicar aos seus casos e resultar na dispensa de uma acusação pendente de impostos Los Angeles – atualmente marcada para julgamento setembro – e um caso separado de arma Delaware, no qual Hunter Biden foi condenado junho por três acusações criminosas.

A equipe legal de Hunter Biden havia levantado argumentos semelhantes antes, embora sem sucesso, mas disseram que agora há boa razão para reconsiderá-los.

"Com base nesses novos desenvolvimentos jurídicos, o Sr. Biden pede a dispensa da acusação trazida contra ele porque o promotor especial que iniciou essa investigação foi nomeado violação da Cláusula de Nomeações, assim como", escreveram os advogados de Biden, também citando uma opinião desse mês do juiz da Suprema Corte Clarence Thomas que questionou a propriedade de uma nomeação de promotor especial.

"O procurador-geral baseou-se na mesma autoridade para nomear o promotor especial ambos os casos Biden e Trump, e ambas as nomeações são inválidas pelo mesmo motivo", adicionaram os advogados.

Smith e o promotor especial que processou Biden, David Weiss, diferem no sentido de Smith ter sido contratado de fora do Departamento de Justiça, enquanto Weiss estava trabalhando como promotor dos EUA Delaware na época de sua nomeação.

Na sua decisão, Cannon observou que os poderes de um promotor especial são "possivelmente mais amplos do que um promotor dos EUA tradicional, pois ele está autorizado a exercer seus poderes investigativos múltiplos distritos dentro da mesma investigação".

Os advogados de Biden disseram na quinta-feira que isso é exatamente o que aconteceu seu caso, pois Weiss, seu papel de promotor especial, entrou com casos contra Biden na Califórnia e no Delaware e apresentou acusações separadas contra um ex-informante do FBI acusado de mentir sobre os Biden.

"Promotores dos EUA comuns não têm esse poder. Dado que o Congresso exige que um promotor dos EUA seja nomeado pelo Presidente e confirmado pelo Senado, não faz sentido

supor que o procurador-geral teria o poder de nomear alguém como promotor especial com o mesmo ou poder maior que um promotor dos EUA", escreveram os advogados de Biden. "Isso é o que foi tentado aqui."

Informações do documento:

Autor: symphonyinn.com

Assunto: cassino aprovado

Palavras-chave: **cassino aprovado - symphonyinn.com**

Data de lançamento de: 2024-11-18